

Conjugalidade dos Pais e Projeto de Vida dos Filhos Frente ao Laço Conjugal

Aluno: Vanessa Augusta de Souza e Luciana Janeiro Silva
Orientador: Terezinha Féres-Carneiro

Introdução

O atual panorama social apresenta múltiplas formas de conjugalidade e um crescente aumento de dissoluções conjugais, sucedidas ou não de recasamentos, tornando-se cada vez mais importante o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem a compreensão sobre as questões relacionadas ao laço conjugal. A literatura psicanalítica das relações amorosas ressalta que a conjugalidade se origina na trama inconsciente familiar dos sujeitos-parceiros. Nas famílias, histórias passadas e presentes se misturam e são transmitidas aos filhos, associadas às expectativas de futuro, conjugando as fantasias individuais dos membros da família e os mitos familiares. Assim, a conjugalidade dos pais se reflete no desenvolvimento afetivo-sexual dos filhos e nos padrões de relacionamento que se estabelecem na família. A construção da identidade sexual dos filhos está associada ao casal parental, sobretudo através das identificações com ambos os pais.

Tivemos como meta estudar o lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida de jovens solteiros, a partir da percepção que tiveram do casamento de seus pais. A grande maioria dos entrevistados não incluiu, espontaneamente, o casamento em seus planos para o futuro. Surpreendeu-nos também o fato de os jovens não mencionarem o sexo, espontaneamente, como uma dimensão importante no laço conjugal. Os planos profissionais surgiram como os mais relevantes no projeto de vida destes jovens, e a cumplicidade, o companheirismo e a amizade como os ingredientes mais importantes da conjugalidade. Verificamos que o não enfrentamento pelos pais de seus conflitos conjugais e a manutenção de uma relação conjugal insatisfatória interferem no processo de identificação e de diferenciação dos filhos. Constatamos que o lugar que o casamento ocupa nos projetos dos jovens está relacionado com o modo como estes se apropriaram de sua herança familiar e com o discernimento sobre os aspectos da conjugalidade dos pais que os influenciaram (Féres-Carneiro, Magalhães & Ziviani, 2006; Magalhães & Féres-Carneiro, 2007). Outra meta, além das inicialmente formuladas, surgiu ao longo do trabalho: a validação do *QCP- Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais*, um dos instrumentos utilizados na coleta de dados da pesquisa em fase de conclusão.

O referido instrumento (*QCP*) pretende avaliar a relação conjugal dos pais tal como percebida pelos filhos. Foi construído com base em outros instrumentos de avaliação da relação conjugal, considerando também a literatura acerca da estrutura e da dinâmica do laço conjugal. Constituído de sessenta itens fechados, para resposta em escala de Likert, relaciona-se a condições identificadas como relevantes na vivência da conjugalidade, a saber: gratificação conjugal, expressão de afeto, maturidade emocional e identidade conjugal. Não obstante a subdivisão da escala nessas dimensões teoricamente derivadas, análises de componentes principais e seus correspondentes gráficos de sedimentação dos autovalores indicam a presença de uma única dimensão empírica preponderante, interpretada, genericamente, como “conjugalidade”. Em um primeiro momento de análise do questionário como uma escala de medida, considerações teóricas recomendaram a retirada de quatro itens e

considerações psicométricas acerca dos resultados observados em determinados itens recomendaram a retirada de mais dezesseis.

Ficaria a escala, portanto, com quarenta itens no caso da observância estrita dos resultados empíricos, pois tanto na versão com cinquenta e seis itens quanto nesta última, a fidedignidade avaliada por meio do coeficiente de consistência interna “alfa” de Cronbach apresenta-se acima de 0,95. Resultados acerca das diferenças entre respostas de filhos de pais casados e filhos de pais em outra condição têm se mostrado estatisticamente significativas, favorecendo os pais casados quanto à percepção, pelos filhos, de favorabilidade conjugal. Esta diferença entre médias em função da situação conjugal dos pais mantém-se estável, na mesma direção mencionada, em diferentes combinações de itens, sempre apresentando razão *F* nas análises de variância entre 25 e 30, para 246 participantes.

Seguramente mais importante que o simples resultado quantitativo é o exame de quais os aspectos da conjugalidade são representados pelos itens mais responsáveis pela magnitude estatisticamente significativa desse resultado. Chega-se assim à qualificação relativa destes aspectos, qualificação essa a ser examinada à luz da literatura acerca da estrutura e da dinâmica do laço conjugal. Cabe, portanto, repassar brevemente o que entendemos por “conjugalidade”, começando por sua genealogia.

Conceito de conjugalidade

Na literatura da terapia familiar psicanalítica, a conjugalidade funda-se na escolha amorosa inconsciente dos cônjuges. Eigner (1984), ao discutir a organização inconsciente do casal, define o vínculo conjugal como uma superposição de duas relações de objeto que têm como modelo de identificação a representação do casal parental. Lemaire (1988) ressalta que o casal se constitui em torno das zonas mal definidas do eu de cada um e que os parceiros sentem-se atraídos entre si por suas áreas semelhantes e devido à porosidade de seus limites. Willi (1978) postula o conceito de colusão como um jogo conjunto e não confessado, entre dois parceiros, em função de um conflito similar e não superado. Os cônjuges se unem por supostos comuns, quase sempre inconscientes, com a expectativa de serem libertados dos seus conflitos pelo parceiro. Nicolló (1993), ao se referir ao jogo recíproco que se estabelece entre os membros do casal, faz alusão aos fenômenos que Winnicott (1971) define como transicionais. O espaço interno do casal é semelhante a este espaço transicional, pois nasce do encontro entre os mundos interno e externo dos parceiros.

A conjugalidade, ao mesmo tempo em que reedita o romance familiar, propicia a elaboração das vivências infantis. O encontro com o parceiro gera a oportunidade de metabolização e de desenvolvimento do psiquismo, entrelaçando passado e presente, dentro de um projeto que pressupõe uma perspectiva de futuro a dois. Desde o momento da concepção, o sujeito está marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais e pelos mitos familiares que se inscrevem e estruturam o psiquismo. O bebê retoma e encarna o ideal narcísico dos pais e, ao mesmo tempo, se alimenta desse envoltório narcísico para se constituir como sujeito e, num futuro provável, constituir novas conjugalidades e novos bebês.

A noção de transmissão psíquica geracional se refere à inscrição do sujeito na cadeia da qual ele é um elo e se submete ao mesmo tempo, à estruturação da subjetividade, ao desenvolvimento psíquico daquilo que o sujeito herda, ao seu pertencimento ao grupo familiar e às formações intermediárias que articulam os espaços psíquicos intra e intersubjetivos. Kaës (1993 e 2000) ressalta que a transmissão geracional implica a precedência do sujeito por mais de um outro e a forma como ele lida com a herança, sendo também pensador e até criador daquilo que foi transmitido. A genealogia mistura tempos e espaços, podendo desencadear repetições, patologias ou elaborações criativas, inovadoras. O sujeito tem como tarefa, assim como a família e o casal, construir, organizar e transformar suas heranças, elaborando-as.

A transmissão psíquica entre gerações é relacionada ao mito do progresso, assinalando continuidade e evolução para o sujeito e para o grupo como um todo. Há uma urgência em transmitir e, acima de tudo, há a vida para ser transmitida. O sujeito que adquire a herança, mediado por uma cadeia de relações, opera um trabalho de ligações, transformações e diferenciações, imprimindo sua marca singular ao percurso (Granjon, 2000). Quando o trabalho de transmissão falha, o processo torna-se alienante ao invés de estruturante, o material se impõe em seu estado bruto aos descendentes. Sendo assim, definem-se duas modalidades de transmissão: transmissão intergeracional, onde o que é transmitido é transformado na passagem de gerações, e transmissão transgeracional, em que o que é transmitido não pode ser modificado e integrado psiquicamente (Benghozi, 2000).

Dentre outras noções que podem ser relacionadas à idéia de transmissão psíquica geracional, enfatizamos o romance familiar e a genealogia. Carreiro (2001), atribui duas acepções ao termo romance familiar, a partir do texto freudiano. Refere-se à fantasia construída pela criança ao deparar-se com a desidealização da imagem dos pais, percebidos originalmente como figuras perfeitas e repletas de qualidades superiores. Por meio da construção de uma fantasia a criança restaura a imagem dos pais, recorrendo muitas vezes à idéia de que é fruto de uma linhagem social de prestígio. Contudo, mesmo quando a criança atribui aos pais signos aristocráticos, ela inclui lembranças dos pais reais. A criança dispõe dos símbolos sociais para enaltecer os pais e reconstituir a imagem perdida.

A outra significação destacada pela autora ressalta que as famílias constroem um romance familiar com o auxílio de histórias passadas de geração para geração, incluindo mitos, sagas e segredos. Nossa herança nos é relatada e expressa consciente e inconscientemente. E, no caso da transmissão psíquica intergeracional, a narrativa, as falas e os ditos familiares ocupam lugar de destaque, servindo de material para as transformações e elaborações da herança. Somos, em grande medida, produzidos e constituídos pelo que falamos sobre nossa história e nossa pré-história, sobretudo quando a palavra é acentuada pela emoção e pelos sentimentos. Carreiro (2001) destaca que entre a história objetiva e a narrativa subjetiva há um intervalo que deve ser repensado, aludindo ao eixo da cadeia de transmissão. Podemos ampliar o espectro e afirmar que o romance familiar está inserido num quadro que implica um conjunto de variáveis psicossociais, econômicas, familiares, genealógicas e a história pessoal do sujeito que o transmite.

A genealogia é também enfatizada por ser um dos fundamentos da ordem social. Ao mesmo tempo ela ordena os objetos e fornece a marca identitária. A ordem genealógica inscreve o sujeito na humanidade, fornece referências e elementos para a construção das identidades. Ela organiza a ordenação do lugar ocupado pelo sujeito na constituição familiar, os sistemas de ascendência, de descendência e de alianças. O reconhecimento do sujeito como semelhante aos demais e o sentimento de pertencimento ao grupo familiar propiciam a identificação e a diferenciação. É necessário para tanto que o sujeito se aproprie de sua história, de sua marca, que ocupe o seu lugar ativamente. Podemos afirmar que a originalidade e a saúde do sujeito são evidenciadas pela forma como ele reconhece seu destino e o transmuta, imprimindo sua autoria, integrando o que lhe foi transmitido num movimento criativo. Para Gaulejac (1999), a genealogia implica os processos de classificação e de nomeação. A nomeação se refere à atribuição dos nomes de família e do prenome de cada indivíduo, sublinhando o pertencimento ao grupo familiar e a apropriação de uma identidade particular.

A articulação das noções de identificação com as figuras parentais, transmissão psíquica geracional e de romance familiar, oferecerá fundamentos importantes para o estudo das relações existentes entre as concepções, motivações e projetos dos jovens para o casamento, e a vivência deles sobre a conjugalidade dos pais. Antes mesmo do encontro amoroso, podemos afirmar que existe no psiquismo de cada parceiro um lugar para a organização da

conjugalidade. Esse lugar, pré-posição, reúne a pré-história e a história do sujeito, seus ideais de conjugalidade, as imagens e fantasias sobre a conjugalidade de seus pais e de seus antepassados, os mitos familiares e muitos outros elementos fantasmáticos que irão se engendrar no futuro eu conjugal.

Avaliação da conjugalidade

O exame da literatura norte-americana e europeia voltada para a avaliação da conjugalidade sugere a classificação dos trabalhos em três condições. Na primeira, encontram-se as pesquisas voltadas fundamentalmente para o construto “satisfação conjugal”, nas quais a relação marital é considerada como um todo, sem a preocupação de se levar em conta as duas individualidades conjugais. Encontram-se nesta condição a maior parte das pesquisas. Mesmo quando o objetivo é a inclusão do eu na relação (Agnew, Loving, Le & Goodfriend, 2004), apenas uma das duas partes é diretamente investigada; a outra parte é apenas suposta.

Na segunda condição as pesquisas distinguem as contribuições diferenciadas de um e do outro cônjuge, para a mesma variável, possibilitando assim a avaliação do grau de concordância entre ambos. Por exemplo, Kouneski & Olson (2004, p. 120), ao comentarem as dez escalas desenvolvidas para representar os fatores que mais influenciam a qualidade conjugal, argumentam que “uma característica única do *ENRICH* é o seu uso de escores diádicos para denotar o nível de concordância entre marido e esposa sobre qualidades positivas da relação”. Às vezes, mesmo quando os dados tenham sido obtidos de ambos os cônjuges, de forma independente, a relação entre os resultados de um com os resultados do seu par conjugal deixa de ser explicitamente avaliada (Figueredo, 2006). Neste caso, embora a natureza dos dados situe a pesquisa na segunda condição, o fato de a análise não considerar a variabilidade intercônjuge coloca o resultado na primeira condição.

Finalmente, a terceira condição leva em conta não apenas a atitude ou opinião de um dos cônjuges acerca de uma determinada variável, mas também a suposição deste cônjuge acerca da atitude ou opinião do seu par em situação idêntica. Essa suposição do eu sobre sua presença na subjetividade do outro faz parte do já mencionado processo de reassuramento do eu a partir do outro, nas trocas intersubjetivas. Nesta terceira categoria encontra-se o trabalho de Riehl-Emde, Volker & Willi (2003). Embora os autores tenham utilizado questionário no qual perguntas sobre dezoito diferentes temas conjugais incluem o par de questões cuja natureza atende aos requisitos desta terceira condição (Riehl-Emde, 2000), não apresentaram, na análise dos resultados, qualquer indício de tratar explicitamente a variabilidade intercônjuge a partir do ponto de vista da intersubjetividade. Por exemplo, no tema sobre o amor, cujo resultado mostrou-se o mais importante para a conjugalidade, o par de perguntas “Durante o primeiro ano, amava meu cônjuge” e “Em minha opinião, durante o primeiro ano, meu cônjuge me amava”, possibilita a análise intersubjetiva. Entretanto, da mesma forma que a pesquisa de Figueredo (2006), os dados foram analisados sem levar em conta a variabilidade intercônjuge; e nem, tampouco, a variabilidade intersubjetiva. Entre nós, exemplo de pesquisa com itens de estrutura semelhante, cuja análise intercônjuge acrescenta a explicitação da troca intersubjetiva, por meio da utilização do conceito de conjugalidade mínima, encontra-se em Ziviani, Féres-Carneiro, Magalhães & Bucher-Maluschke (2006).

O instrumento para a avaliação da conjugalidade dos pais tal como percebida pelos filhos, além de incluir questões voltadas para a conjugalidade dos pais como um todo (“Meus pais faziam surpresas agradáveis um para o outro”), incluirá também questões que fazem a distinção interconjugal entre o pai e a mãe, como por exemplo, “Minha mãe assumia responsabilidade pelo que dizia ou fazia” em contraste com “Meu pai assumia responsabilidade pelo que dizia ou fazia”. As perguntas do primeiro tipo incluem o

questionário sobre a conjugalidade dos pais na primeira condição mencionada anteriormente, na qual a relação conjugal é considerada como um todo. As perguntas do segundo tipo situam o instrumento na segunda categoria, na qual a variabilidade intercônjuge torna-se explicitamente analisável. Esperam-se significativas diferenças entre os cônjuges (um no papel de pai, outro no papel de mãe) como percebidos pelos filhos. O instrumento apresentará, portanto, dois tipos de questões, impondo diferentes técnicas de tratamento dos dados, tanto do ponto de vista metodológico, quanto do ponto de vista psicométrico.

Metodologicamente, serão levadas em conta as recomendações de Kenny (1998) que, ao comentar sete diferentes pesquisas sobre a relação marital, observa que a correlação de concordância em si mesma representa a quantidade de variância compartilhada entre marido e esposa (ou entre pai e mãe na mesma variável tal como percebida pelos filhos). Complexidade adicional, entretanto, deve ser considerada: são medidas repetidas (o mesmo filho ou filha responde sobre o pai e sobre a mãe), indicando a não-independência dos dados. Portanto, nas questões únicas sobre os pais como um todo, análises utilizando técnicas da psicometria tradicional, visando ao progressivo estudo da validade do instrumento, será utilizada conceituação de validade proposta por Anastasi & Urbina (1997, p. 113), segundo a qual a “validade de um teste diz respeito ao *quê* mede e *quão bem* faz isso”. Reconceituações posteriores de validade serão igualmente contempladas, nas quais a maneira pela qual o instrumento é utilizado e como seus resultados são interpretados são significativamente importantes (Urbina, 2005).

Além disso, será estudado o número ótimo de categorias para determinados itens, pois frequentemente uma tricotomia ou mesmo uma dicotomia poderão substituir com vantagem as cinco categorias *a priori* utilizadas pelo questionário. Em algumas questões, como dizem Wright & Stone (2004, p. 62), “combinando-se cinco categorias de respostas em uma dicotomia aumenta a estatística de separação e reduz o desajuste”. As técnicas do *grade map* propostas por Wilson (2005) serão igualmente utilizadas no esforço a ser realizado para os estudos de validação de construto do instrumento, bem como as observações de natureza geral, para a construção de escalas, propostas por DeVellis (2003) e Netemeyer, Bearden & Sharma (2003).

Diversas contribuições da literatura têm sido consideradas para a construção do questionário sobre a conjugalidade dos pais. Entre nós, destacam-se os trabalhos sobre os instrumentos utilizados por Figueredo (2006) com 48 casais: Christensen & Sullaway (1984), com o Questionário de Padrões de Comunicação; Villa (2002), com o Inventário de Habilidades Sociais Conjugais, baseado no *IHS* de Del Prette & Del Prette (2001); as Escalas de Satisfação Conjugal (Pick de Weiss & Andrade-Palos, 1988), adaptada entre nós por Dela Coleta (1989a); a Escala Miller de Lócus de Controle Conjugal (Miller, Lefcourt & Ware, 1983), igualmente adaptada por Dela Coleta (1989b).

Têm sido igualmente considerados trabalhos significativos no exterior. Destacam-se as contribuições de Berscheid & Regan (2005), na extensa revisão da literatura norte-americana sobre “relações maritais”, com ênfase nos trabalhos sobre o Inventário sobre Relações Íntimas (Berscheid, Snyder & Omoto, 2004), teoricamente derivado do recém-reeditado texto *Close Relationships* (Kelley, Berscheid, Christensen, Harvey, Huston, McClintock, Peplau & Peterson, 2002/1983), decorrente do trabalho clássico, pioneiro, sobre o conceito fundamental de interdependência nas relações pessoais, de Kelley (1979). Finalmente, destaca-se a avaliação crítica de dezoito diferentes estudos sobre as relações conjugais, na qual se investiga o entendimento das diferenças entre percepções da interação marital por parte dos cônjuges: segundo Noller & Feeney (2002, p. 528), “a pesquisa ... torna cada vez mais claro que tanto os pesquisadores quanto os clínicos precisam compreender que as diferentes perspectivas de um e do outro cônjuge representam fontes de informação igualmente válidas acerca da relação entre ambos”. O que significa apenas outra forma de dizer que um casal é

formado por duas individualidades e uma conjugalidade; e que as três dimensões devem ser consideradas simultaneamente.

Objetivos

Este projeto tem como objetivo principal estudar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos, e as concepções, motivações, mitos e expectativas que estes - jovens adultos solteiros das camadas média e média-alta urbanas - possuem em relação ao laço conjugal. Procuraremos investigar, assim, em que medida o modo como os pais se constituíram enquanto casal conjugal influencia o lugar da conjugalidade no projeto de vida dos filhos hoje. Pretendemos ainda comparar as vivências masculinas e femininas em relação aos temas estudados.

Tendo em vista o desenvolvimento parcial da investigação, dois outros objetivos, não previstos inicialmente, emergiram do trabalho em andamento. O primeiro deles diz respeito à importância de se desenvolver um estudo psicométrico do instrumento criado para a avaliação da conjugalidade dos pais tal como percebida pelos filhos (QCP). O segundo objetivo está relacionado a diferenças perceptivas dos filhos sobre o pai e sobre a mãe, separadamente, nas diversas variáveis relativas ao laço conjugal.

Metodologia

Para atingirmos o objetivo proposto, desenvolvemos esta investigação em três etapas, sendo que a terceira ainda está em andamento, utilizando para isto uma metodologia quantitativa. Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa de levantamento que teve como objetivo investigar a percepção dos filhos sobre a conjugalidade de seus pais. Inicialmente, 278 sujeitos, recrutados em salas de aula de diversos cursos de graduação e pós-graduação de dez universidades da zona sul e da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, responderam aos instrumentos utilizados nesta fase da pesquisa. Dentre eles, permaneceram, constituindo a amostra desta etapa da investigação, 251 jovens (136 homens e 115 mulheres) que satisfaziam as condições do estudo, ou seja: solteiros, heterossexuais, pertencentes às camadas média e média-alta da população carioca, com idades entre 19 e 30 anos. Para as análises que apresentamos neste trabalho, foram retirados os casos de viuvez dos pais, ficando a amostra constituída de 236 sujeitos (129 homens e 107 mulheres).

Os instrumentos, construídos por nós, utilizados nesta etapa foram a *FAB-Ficha de Avaliação Biográfica* e o *QCP - Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais*. Por meio da *FAB*, levantamos dados gerais sobre os sujeitos e suas famílias, tais como idade, gênero, escolaridade, orientação sexual, constituição familiar, situação conjugal dos pais (casados, separados, ambos recasados, só pai recasado, só mãe recasada, pai viúvo, mãe viúva), classe social e participação na renda familiar.

O *QCP*, que pretende avaliar a relação conjugal dos pais, tal como percebida pelos filhos, foi construído a partir de outros instrumentos de avaliação da relação conjugal, sobretudo do *FBQ - Family Background Questionnaire* (Melchert, 1998; Melchert & Sayger, 1998) e do *ENRICH M-Marital Inventory* (Fowers & Olson, 1989; Olson & Fowers, 1993), assim como da literatura sobre estrutura e dinâmica do laço conjugal. Inicialmente, o *QCP* foi constituído de 60 itens fechados para serem respondidos em escala Likert de cinco pontos. Estes itens estão relacionados a diferentes aspectos que têm sido identificados como relevantes na vivência da conjugalidade, alguns deles indicando menos conflitos e maior satisfação e outros mais conflitos e menor satisfação na relação conjugal. Embora quatro destes aspectos sejam avaliados pelo *QCP* - gratificação conjugal, maturidade emocional, identidade conjugal e expressão de afeto - para o trabalho que ora apresentamos, estamos

utilizando as características psicométricas que sugerem a unidimensionalidade da escala de avaliação do *QCP*, dirigida ao construto maior: a conjugalidade.

Na segunda etapa do estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa para avaliar a concepção, as expectativas, os ideais e os mitos sobre casamento dos jovens adultos, com o objetivo de investigar as possíveis relações existentes entre a percepção dos filhos sobre o casamento de seus pais e aquilo que o laço conjugal representa para eles. Nesta etapa, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro invisível contemplava vários temas relevantes da dinâmica conjugal e familiar. As entrevistas foram gravadas e transcritas e o material obtido foi submetido a uma análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1979). Desta análise emergiram as seguintes categorias: *projetos de vida; concepções de casamento; sexualidade e casamento; casamento e gênero; ideais de casamento; casamento e relação amorosa; casamento e constituição de família; mitos familiares; identificação e diferenciação na família; influência da percepção da conjugalidade dos pais no projeto de casamento dos filhos*. Entretanto, para a elaboração do trabalho que ora apresentamos, selecionamos apenas a primeira e a última destas categorias para serem avaliadas e discutidas, ou seja, *projetos de vida e influência da percepção da conjugalidade dos pais no projeto de casamento dos filhos*.

O delineamento inicial da investigação previa a realização de um Estudo de Casos Múltiplos (Stake, 2000), constituindo-se 12 grupos, a partir das indicações obtidas, por meio da *FAB*, das diferentes condições conjugais dos pais e, por meio do *QCP*, da conjugalidade dos pais percebida como *muito satisfatória* ou como *muito insatisfatória*. A proposta original era a de tomar, de cada um dos grupos, para realizar a entrevista, dois casos, 1 homem e 1 mulher, localizados nos extremos da avaliação da conjugalidade dos pais. Todavia isto não foi possível por duas razões. Inicialmente porque nos extremos das avaliações dos 251 respondentes, nem todas as condições conjugais foram encontradas. Em seguida porque, embora tenha ocorrido grande empenho por parte dos pesquisadores em chamar para a entrevista os sujeitos que tinham se proposto a continuar colaborando e que atendiam determinados requisitos para balanceamento da amostra com o mesmo número de entrevistados nas dicotomias *masculino/feminino*, percepção da conjugalidade dos pais como *muito satisfatória/muito insatisfatória*, pais *casados/não casados*, muitos dos sujeitos convocados não compareceram. Assim, o grupo que participou das entrevistas da segunda etapa da pesquisa ficou constituído de 14 sujeitos, 7 homens e 7 mulheres.

Na terceira etapa, será desenvolvido o estudo psicométrico de validação do *Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais* com o objetivo de disponibilizar um método que avalie simultaneamente a percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais em diversas variáveis e da contribuição individual do pai e da mãe para a condição conjugal.

Resultados e Discussão

O resultado global da análise dos 60 itens do *QCP*, tendo por objetivo estimar sua consistência interna, apresentou “alfa” de Cronbach $\alpha = 0,96$. Dentre as variáveis presentes na *FAB-Ficha de Avaliação Biográfica*, o fator “situação conjugal dos pais” (casados, separados, viúvos, ambos recasados, só pai recasado, só mãe recasada) mostrou-se como particularmente influente na satisfação conjugal desses pais, tal como medida pela escala final.

A situação conjugal dos pais foi utilizada em uma análise de variância *one-way* com dois níveis, a saber, *pais casados* e *pais em outra condição*. A variável dependente dessa análise foi a soma das respostas dos sujeitos aos 60 itens do *QCP*, cuja média foi de 225,42 ($dp=33,67$). A média apresentada pela condição *pais casados* foi de 234,63 ($dp=28,25$). Este resultado, contrastado com a média de 209,72 ($dp=36,41$) apresentada pelos *pais em outra*

condição, produziu diferença, para menor, de magnitude suficiente para gerar a razão $F_{1,244} = 35,82$ ($p < 0,0001$), estatisticamente significativa, indicando que filhos de pais separados apresentam escore muito menor de satisfação percebida na conjugalidade de seus progenitores.

O gênero *masculino* ou *feminino*, independentemente da situação conjugal dos pais, como fator principal, não faz diferença no grau de satisfação percebido pelos sujeitos na conjugalidade desses pais, conforme indicam análises de variância na quais este fator é examinado, tanto em conjunto com o fator *conjugalidade dos pais*, quanto separadamente. Essas análises, cujo detalhamento não é apresentado no presente trabalho, indicam que a condição de pais casados apresenta avaliação de satisfação significativamente maior comparativamente apenas com pais *não-casados*, isto é, tanto recasados quanto separados ou viúvos, independentemente do gênero dos sujeitos.

Entretanto, entendemos que o rigor estatístico deve, frequentemente, subordinar-se a uma avaliação qualitativa do quadro de resultados como um todo. Nesse sentido, cabe ressaltar os resultados de análises de variância feitas separadamente para cada um dos gêneros, nas quais foram distinguidas três condições de conjugalidade dos pais: casados, recasados e separados. O exame das respectivas médias na escala total mostra a queda sistemática da satisfação percebida na conjugalidade dos pais, independentemente do gênero dos sujeitos, indicando que filhos de pais separados apresentam o menor escore de satisfação percebida na conjugalidade de seus progenitores.

As mulheres não apresentaram praticamente diferença entre as médias da condição de pais recasados e pais separados, diferentemente dos homens, cuja diferença nesse contraste é de magnitude suficiente para se aproximar do critério de significância estatística. Isso indica que os homens percebem a condição de pais separados como menos satisfatória do que a condição de pais recasados. Portanto, não obstante a falta do endosso técnico da significância estatística, podemos concluir que a tendência de os homens diferirem das mulheres no que diz respeito à separação dos pais emerge seguramente dos dados. O modo diferenciado como homens e mulheres lidam com a situação de separação é ressaltado por alguns autores que apontam o gênero como fator diferenciador na vivência da separação conjugal (Goldenberg, 2001; Féres-Carneiro, 2004), destacando uma dificuldade maior dos homens em lidar com a solidão.

Os resultados até agora discutidos referem-se ao questionário *QCP* tal como um conjunto de 60 itens voltado para avaliação do construto *conjugalidade* (dos pais). Esses itens relacionam-se às dimensões teóricas identificadas como relevantes na vivência da conjugalidade já mencionadas, a saber, gratificação conjugal, expressão de afeto, maturidade emocional e identidade conjugal. Não obstante a subdivisão da escala nessas dimensões teoricamente derivadas, análise de componentes principais e seu correspondente gráfico de sedimentação dos autovalores indicam, do ponto de vista empírico, a presença de uma única dimensão preponderante, interpretada, genericamente, como “conjugalidade”.

A avaliação gráfica “scree test”, por meio da forma de sedimentação dos autovalores, indica a presença de um componente suficientemente preponderante para sugerir que a escala, tomada como um todo, é unidimensional. O modelo de análise dos componentes principais é apropriado quando a preocupação mais importante é com “o número mínimo de fatores necessários para explicar a parte máxima da variância representada no conjunto total de variáveis” (Hair, Anderson, Tatham e Black, 2005, p. 99). Também se aplica, segundo esses e outros autores (Harman, 1967; Netemeyer, Bearden e Sharma, 2003), quando o conhecimento anterior sugere que as variâncias específica e de erro representam uma proporção relativamente pequena da variância total. Este é o caso dos resultados da presente escala, como indica a grande magnitude do coeficiente de consistência interna: alfa de Cronbach igual a 0,95, calculado sobre a totalidade das respostas. Dentre o total de 14.760 itens

considerados (246 participantes, cada um diante de 60 itens para responder), 14.690 apresentaram respostas válidas. As omissões e as respostas inválidas atingiram, portanto, menos de meio por cento (0,47%). Face a essa baixa incidência, foi utilizado o recurso do programa de computador SPSS (2001) de atribuir às 70 omissões o valor médio das respostas válidas, permitindo, assim, o cálculo do alfa para toda a amostra de 246 respondentes.

O exame mais detalhado da progressão de sedimentação dos autovalores observado no “scree test” mostra um segundo componente ligeiramente destacado dos seguintes, que decididamente se nivelam mostrando que não há, do ponto de vista da estrutura empírica da escala, componentes adicionais a serem considerados que poderiam conduzir a uma análise fatorial com, por exemplo, fatoração dos eixos principais e rotação adequada para determinação do número de fatores e sua identificação como uma possível segunda dimensão empiricamente observável, além da dimensão básica da “conjugalidade”, referente ao primeiro componente principal.

Embora esse segundo componente principal (com autovalor de 3,25) mereça ser examinado para que se possa verificar quais os itens que com ele mais se correlacionam (em contraponto a 19,91 para o autovalor do primeiro componente), neste primeiro momento seguimos a recomendação de Pasquali (2003) de deixar de lado minúcias dos teóricos e tecnicidades dos estatísticos quanto à adequação da análise fatorial para decidir a questão da unidimensionalidade. Ao fazer isso, abre-se a possibilidade de se usar essa técnica com base na suposição de que a matriz é unifatorial; então, sugere Pasquali (2003, p. 117), “peça a extração de um fator e veja se a grande maioria dos itens tem carga alta no fator”.

Os itens em sua formulação completa, com as respectivas comunalidades, apresentadas por cada item na extração de 13 componentes, correspondentes, respectivamente, aos autovalores acima de 1, foram classificados em ordem decrescente da magnitude dessas comunalidades. Verificou-se que há 20 itens com comunalidades abaixo de 0,20. Em exame mais detalhado, são esses itens que se espalham pelos demais doze componentes com autovalores acima de 1, sem nenhum desses componentes apresentar-se com correlações ou “cargas” fatoriais que substantivamente indiquem dimensão teórica específica. A exceção está apenas no segundo componente, como teremos oportunidade de discutir.

Antes disso abrimos um parêntese para apresentar duas análises consagradas pela psicometria clássica no que diz respeito à análise de itens. A primeira trata da correlação de cada item com o escore total da escala, de forma que o item não participe da soma desse escore total. Os itens foram classificados em ordem decrescente da magnitude dos coeficientes de correlação do item com o escore total, de forma que quanto mais alta a correlação do item com o escore total, mais esse item “mede” o que todos os demais itens, juntos, estejam medindo, seja o que for. A segunda análise relaciona-se diretamente à fidedignidade da escala. Trata do coeficiente de consistência interna “alfa” de Cronbach apresentado pela escala total, de forma que o item em exame não participa do cálculo do coeficiente. Os itens foram classificados em ordem crescente da magnitude do coeficiente “alfa” de consistência interna. Quanto menor o coeficiente, mais o item contribui para aumentar a consistência interna da escala. Inversamente, quanto maior o coeficiente “alfa”, menos o item respectivo contribui para a consistência interna, pois retirá-lo aumenta a consistência.

Em ambas as análises, praticamente o mesmo conjunto de itens ocupa os extremos das duas classificações. No caso do extremo inferior dessas classificações, os itens que menos contribuem tecnicamente, do ponto de vista empírico, para a qualidade psicométrica da escala coincidem com os itens menos adequados apontados anteriormente.

Em seguida, os itens classificados pela ordem decrescente de magnitude da correlação do item com o primeiro componente principal (sua “carga” fatorial), uma verificação dos resultados da recomendação de Pasquali (2003) sobre o uso da análise fatorial para se

examinar a unidimensionalidade da escala, isto é, se está medindo um único construto (ou “fator”, no caso da análise fatorial mencionada pelo autor). Mais uma vez, os resultados corroboram a tendência verificada até agora, a partir de diferentes pontos de vista: o mesmo grupo de itens ocupa as posições de menor qualidade psicométrica.

Até agora, examinamos os dados a partir do ponto de vista da psicometria clássica. Como se sabe, a soma das respostas para se obter um escore total pressupõe contribuição igual, para o construto “conjugalidade”, por parte de cada item. Entretanto, isso não ocorre, como se pode verificar pelos resultados apresentados. Para o conhecimento qualitativo dos componentes teóricos do construto, é mais produtivo examinar-se a escala do ponto de vista dessa contribuição relativa. Para que os resultados finais acompanhem essa diferenciação qualitativa da contribuição de cada item para o construto, impõe-se o uso de procedimentos alternativos que venham a atender aos propósitos metodológicos e teóricos que inicialmente nortearam a construção do instrumento.

A eliminação sumária de vinte itens, sem maior consideração metodológica e teórica sobre as razões iniciais de tê-los concebido e introduzido na escala, desmerece o propósito inicial e empobrece sobremaneira o resultado final da pesquisa. Dentro dessa linha de raciocínio, encerramos essa etapa de análise com a apresentação das características psicométricas básicas da Subescala 40, a escala com 20 itens eliminados da análise, que apresentou média de 149,69 ($dp=29,26$).

Nos resultados da análise de componentes principais sob a forma de gráfico de sedimentação dos autovalores referentes à Subescala 40, verificou-se que a estrutura empírica da escala apresenta um segundo componente mais destacado do que aquele apontado pela análise similar referente à escala total com 60 itens.

Entretanto, no que diz respeito à sua pronta utilização, nada, praticamente, muda. O principal efeito observado na pesquisa com a escala mantém-se o mesmo. A razão $F(1,244)=39,58$, com significância de $p<0,0001$, indica que a diferença entre as percepções de filhos de pais casados (média de 158,05) e de filhos de pais em outra condição (média de 135,45) é, proporcionalmente à quantidade menor de itens da escala, rigorosamente a mesma no que diz respeito à magnitude de impacto deste fator (situação da conjugalidade dos pais) no seu efeito (percepção dessa conjugalidade pelos filhos). No que diz respeito à consistência interna, como seria de se esperar em decorrência da eliminação dos itens de menor correlação com os demais, o “alfa” de Cronbach elevou-se para 0,96.

Referências

AGNEW, C. R., LOVING, T. J., LE, B. & GOODFRIEND, W. (2004). Thinking close: Measuring relational closeness as perceived self-other inclusion. Em D. J. Mashek & A. Aron (orgs.), *Handbook of closeness and intimacy*, p. 103-115. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

ANASTASI, A. & URBINA, S. (1997). *Psychological testing. Seventh edition*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall.

BARDIN, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Martins Fonte.

BENGHOZI, P. (2000). Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. Em O. B. R. Correa (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.

BERSCHEID, E. & REGAN, P. (2005). *The psychology of interpersonal relationships*. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall.

BERSCHEID, E., SNYDER, M. & OMOTO, A. M. (2004). Measuring closeness: The Relationship Closeness Inventory (RCI) revisited. Em D. J. Mashek & A. Aron (orgs.), *Handbook of closeness and intimacy*, p. 81-101. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

CARRETEIRO, T. C. (2001). Vinculações entre romance familiar e trajetória social. Em T. Féres-Carneiro (org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: NAU.

DEVELLIS, R. F. (2003). *Scale development. Theory and applications. Second edition*. Thousand Oaks, CA: Sage.

EIGUER, A. (1984). *La thérapie psychanalytique de couple*. Paris: Dunod.

FÉRES-CARNEIRO, T. (2004). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8,3, 367-374.

FÉRES-CARNEIRO, T. & ZIVIANI, C. & MAGALHÃES, A.S. Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. Em FÉRES-CARNEIRO, T. *Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FIGUEREDO, P. M. V. (2006). *A influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FOWERS, B. J. (1989). ENRICH Marital Inventory: A discriminant validity and cross-validity assessment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 15, 1, 65-79.

GAULEJAC, V. (1999). *L'Histoire en héritage*. Paris: Desclée de Brouwer

GOLDENBERG, M. (2001). Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 1, 89-104.

GRANJON, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. Em O. B. R. Correa (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.

HAIR, J. F., TATHAM, R. L., ANDERSON, R. E. & BLACK, W. (2005). *Análise multivariada de dados. 5a. edição*. Porto Alegre, RS: Bookman/Artmed.

HARMAN, H. H. (1967). *Modern factor analysis*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

KAËS, R. (1993). *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris: Dunod.

KAËS, R. (2000). Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. Em O. B. R. Correa (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.

KELLEY, H. H., BERSCHIED, E., CHRISTENSEN, A., HARVEY, J. H., HUSTON, T. L., McCLINTOCK, E., PEPLAU, L. A. & PETERSON, D. R. (2002). *Close relationships*. Clinton Corners, NY: Percheron. (Originalmente publicado em 1983)

KENNY, D. A. (1998). Couples, gender, and time. Em T. N. Bradbury (org.), *The developmental course of marital dysfunction*, p. 451-477. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

KOUNESKI, E. F. & OLSON, D. H. (2004). A practical look at intimacy: ENRICH couple typology. Em D. J. Mashek & A. Aron (orgs.), *Handbook of closeness and intimacy*, p. 117-101. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

LEMAIRE, J. (1988). Du je au nous, ou du nous au je? Il n'y a pas de sujet tout constitué. *Dialogue: recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, 102, 4, 72-79.

MELCHERT T. SAYGER, T. (1998). The development of instrument for measuring memories of family origin characteristics. *Education and Psychological Measurement*, 58, 1,99-118.

NETEMEYER, R. G., BEARDEN, W. O. & SHARMA, S. (2003). *Scale procedures. Issues and applications*. Thousand Oaks, CA: Sage.

NICOLLÓ, A. (1993). O modelo psicanalítico de funcionamento do casal. Em M. Andolfi; C. Angelo & C. Saccu. *O casal em crise*. São Paulo: Summus, 1995.

OLSON, D. H. & FOWERS, B. J. (1993). Five types of marriage: an empirical typology based on ENRICH. *The Family Journal*, 1, 196-207.

PASQUALI, L. (2003). *Psicometria. Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.

RIEHL-EMDE, A., VOLKER, T. & WILLI, J. (2003). Love: An important dimension in marital research and therapy. *Family Process*, 42, 253-267.

STAKE, R. E. (2000). Case Studies. Em N.K. DENZIN & Y.S. LINCOLN (eds.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

RIEHL-EMDE, A. (2000). *Questionnaire on partnership. A psycho-ecological inventory*. <ftp://ftp.riehl-emde.de/pub/download/Questionnaire.pdf> Acesso em 5 fev. 2007.

STAKE, R. E. (2000). Case Studies. Em N.K. DENZIN & Y.S. LINCOLN (eds.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

URBINA, S. (2005). Current perspectives on the practice of psychological assessment. Final revised. Conferência proferida no II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica, 17-23 de maio, Gramado, RS. (Comunicação pessoal da apresentação em *slides Powerpoint* em 6 de junho de 2005)

WILLI, J. (1988). *La pareja humana: relation y conflicto*. Madrid: Morata.

WINNICOTT, D. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

WILSON, M. (2005). *Constructing measures. An item response modeling approach*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

WRIGHT, B. D. & STONE, M. H. (2004). *Making measures*. Chicago, IL: The Phaneron Press.

VILLA, M. B. (2002). *Habilidades sociais em casais de diferentes filiações religiosas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, USP.

ZIVIANI, C., FÉRES-CARNEIRO, T., MAGALHÃES, A. S. & BUCHER-MALUSHCKE, J. (2006). Avaliação da conjugalidade. Em A. P. P. Noronha, A. A. A. SANTOS & F. SISTO (orgs.), *Facetas do fazer em avaliação psicológica*. São Paulo: Vetor, p. 13-55.